

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.272 - MA (2019/0041607-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : DANIEL ARAUJO SERRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por DANIEL ARAÚJO SERRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão proferido no HC n.º 0808716-03.2018.8.10.0000.

Consta dos autos que o Recorrente – preso em flagrante em 18/03/2018 – foi denunciado como incurso no art. 155, § 4.º, inciso I, do Código Penal.

A Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (fls. 116-117):

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE FURTO QUALIFICADO (ART. 155, § 4º, I, DO CPB). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. RECONHECIMENTO PESSOAL PRODUZIDO NA DELEGACIA. INOBSERVÂNCIA DAS DISPOSIÇÕES DO ART. 226, DO CPP. NULIDADE NÃO VERIFICADA. PRESENÇA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. ANDAMENTO REGULAR DO PROCESSO. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INVIABILIDADE. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR ANTERIORMENTE FIXADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO OBSERVADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. O trancamento da ação penal, pela estreita via do writ, é medida excepcional, cuja viabilidade está adstrita às hipóteses de cristalina e inequívoca inocência do acusado, atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade, bem como de absoluta e inudiversa ausência de lastro probatório mínimo para deflagração do jus persecuendi (ausência de justa causa), aferíveis de plano.

2. É assente o entendimento no sentido de que é legítimo o reconhecimento pessoal ainda quando realizado de modo diverso do previsto no art. 226, do Código de Processo Penal, servindo o paradigma legal como mera recomendação.

3. Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar

retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, provocado por desídia do Poder Judiciário ou da acusação.

4. O descumprimento das medidas cautelares diversas da prisão, que foram impostas como condição para a concessão da liberdade provisória, constitui motivação idônea para justificar o novo decreto preventivo.

5. Habeas Corpus conhecido e denegado."

Nas razões recursais, o Recorrente sustenta excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão ou, subsidiariamente, sua substituição por medidas cautelares diversas.

É o relatório inicial.

Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente porque o Tribunal de origem ressaltou que designada audiência para oitiva de testemunhas e interrogatório dos Acusados para 28/11/2018, de forma que se mostra prudente a solicitação de informações atualizadas ao Juízo de primeira instância.

Ademais, consta do acórdão que o Recorrente é "**contumaz na prática de delitos contra o patrimônio, o que pode ser comprovado pela certidão de antecedentes criminais anexada aos autos, da qual se extrai que, somente em 2017, foi preso em flagrante nos meses de maio, junho e dezembro, em todas as ocasiões pela suposta prática de delito contra o patrimônio**" (fl. 123).

Ressaltou-se, ainda, que, "***em fevereiro de 2018, foi deferido o pedido de liberdade provisória com medidas cautelares, em razão do excesso de prazo na condução do inquérito policial, dentre elas, a monitoração eletrônica***" (fl. 123), tendo sido preso em flagrante novamente em março, pelos fatos apurados na ação penal de que trata esta impetração.

Como se sabe, "[a] questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias

detalhadas de cada caso concreto" (HC 398.067/BA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeira instância, para que esclareça sobre o alegado excesso de prazo na formação da culpa, solicitando-lhe, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora